

Troféu Transparência ANEFAC

2022-2024



Produto Técnico-Tecnológico



2025

Sumário

Apresentação.....	3
1. Critérios de Participação.....	4
3. Etapas da Análise.....	7
4. Seleção das Empresas e Itens Analisados.....	9
5. Empresas Ganhadoras.....	11
5.1. Empresas Premiadas por Setor.....	14
5.2. Empresas Premiadas por Sub-Setor.....	14
6. Desempenho das Empresas Ganhadoras.....	15
7. Principais Práticas Contábeis Analisadas.....	16
7.1. Referências Cruzadas das Notas Explicativas.....	16
7.2. Responsividade das Notas Explicativas.....	17
7.3. Objetividade do Relatório da Administração.....	18
7.4. Apresentação do Balanço Social no Relatório de Administração.....	20
7.5. Efeitos da Inflação no Relatório da Administração.....	21
7.6. Ativos Intelectuais no Relatório de Administração.....	22
7.7. Integração com a comunidade no Relatório de Administração.....	24
7.8. Preocupação com o meio ambiente e atividades de sustentabilidade (ESG) no Relatório de Administração.....	26
7.9. Relacionamento com seus colaboradores, fornecedores, clientes e comunidade (ESG) no Relatório de Administração.....	28
7.10. Política, aplicação e gerenciamento da governança corporativa (ESG) no Relatório de Administração.....	30
7.11. Comitê de Auditoria, Conselho de Administração, Conselho Fiscal no RA.....	31
7.12. Informações sobre contratação e/ou honorários do Auditor Independente no RA.....	32
7.13. Informações sobre Remuneração dos Administradores.....	33
7.14. Observância das Notas Explicativas ao OCPC 07.....	34
7.15. Nota Explicativa de Contexto Operacional.....	35
7.16. Nota Explicativa sobre Apresentação das Demonstrações Financeiras.....	37
7.17. Nota Explicativa sobre Novos Pronunciamentos Contábeis.....	38
7.18. Divulgação sobre Mensuração dos Instrumentos Financeiros nas Notas Explicativas.....	39

7.19. Divulgação sobre Ativos Contingentes	41
7.20. Passivos Contingentes nas Notas Explicativas.....	42
7.21. Notas Explicativa sobre Impostos sobre o Lucro	43
7.22. Notas Explicativas sobre Dividendos e Notas Explicativas sobre Destinação dos Lucros	44
7.23. Notas Explicativas sobre Impairment.....	45
7.24. Notas Explicativas sobre Derivativos Financeiros.....	46
7.25. Parágrafos de Ênfase, Comentários Adicionais e Principais Pontos de Auditoria (PPAs)	47
7.26. Relato Integrado	49
7.27. Poder Aquisitivo Constante.....	50
8. Divulgações na Mídia.....	52
8.1. Divulgações Internas.....	52
8.2. Divulgações Externas	59
9. Colaboradores da Fecap.....	62
9.1. Colaboradores em 2022.....	62
9.2. Colaboradores em 2023.....	63
9.3. Colaboradores em 2024.....	63

Com o objetivo de fomentar a transparência corporativa e a qualidade das informações financeiras divulgadas pelas empresas, a ANEFAC (Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade) instituiu, em 1997, o Troféu Transparência – Prêmio ANEFAC, que reconhece as organizações com as melhores práticas na divulgação de suas demonstrações contábeis. Desde 2022, a FECAP, o programa de mestrado atua como instituição colaboradora na avaliação técnica das demonstrações contábeis, contribuindo com sua expertise acadêmica e metodológica para assegurar a excelência e a credibilidade do processo de premiação.

1. Critérios de Participação

Não há processo de inscrição para o Troféu Transparência – Prêmio ANEFAC. Todas as Sociedades Anônimas de capital aberto, sediadas no Brasil e atuantes nos setores de comércio, indústria e serviços (exceto instituições financeiras), são automaticamente elegíveis à premiação, desde que publiquem suas demonstrações financeiras conforme as exigências legais.

A avaliação é realizada com base nas demonstrações financeiras publicadas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), relativas ao exercício imediatamente anterior ao ano da premiação. Ou seja, apenas as informações do exercício mais recente são consideradas, não sendo analisadas demonstrações de anos anteriores da mesma empresa.

Os documentos contábeis obrigatórios para análise incluem:

- Relatório da Administração
- Balanço Patrimonial
- Demonstração do Resultado
- Demonstração do Resultado Abrangente
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
- Demonstração dos Fluxos de Caixa
- Demonstração do Valor Adicionado
- Notas Explicativas
- Relatório dos Auditores Independentes

2. Pilares da Transparência

A transparência na divulgação das informações financeiras é um dos principais fundamentos da boa governança corporativa e um requisito essencial para a construção da confiança entre empresas, investidores, stakeholders e a sociedade. No âmbito do Troféu Transparência – Prêmio ANEFAC, são considerados diversos pilares que refletem o compromisso das organizações com a qualidade, a integridade e a clareza de suas demonstrações contábeis.

Esses pilares englobam desde o rigor técnico na elaboração das demonstrações financeiras e das notas explicativas até a forma como essas informações são apresentadas e comunicadas ao público. Também são avaliadas a aderência integral às normas contábeis vigentes, a consistência do Relatório da Administração com os dados contábeis divulgados, a ausência de ressalvas nos pareceres dos auditores independentes e a inclusão de informações relevantes além das exigências legais — como indicadores de desempenho, aspectos ESG, efeitos da inflação e ativos intangíveis.

A seguir, detalham-se os principais critérios que sustentam os Pilares da Transparência, conforme adotados na avaliação técnica do Prêmio ANEFAC.

- Qualidade e grau das informações contidas nas demonstrações financeiras e notas explicativas
- Transparência das informações prestadas
- Clareza do Relatório da Administração e sua consistência com as informações divulgadas
- Aderência integral às Normas Contábeis
- Não apresentar modificações (ressalvas) no relatório dos auditores independentes
- Apresentação da divulgação quanto a layout, legibilidade, concisão, clareza etc.

- Divulgação de aspectos relevantes, mesmo que não exigidos legalmente, mas importantes para o negócio como: Ebitda, valor econômico agregado, balanço social, ESG, destaques aos ativos intelectuais, efeitos contábeis da inflação, dentre outros. (e ambiental etc.).



3. Etapas da Análise

A avaliação das demonstrações financeiras no âmbito do Troféu Transparência – Prêmio ANEFAC é composta por diversas etapas estruturadas, cada uma com procedimentos específicos e conduzida por diferentes instâncias responsáveis. O processo assegura rigor técnico, isenção e credibilidade na seleção das empresas premiadas.

I. Captação das Demonstrações Financeiras (DFs)

A etapa inicial consiste na captação das demonstrações financeiras, realizada pela Diretoria Executiva do Prêmio. O processo tem início a partir da publicação oficial das DFs em veículos de grande circulação, sejam eles digitais ou impressos. Essa etapa é fundamental para formar a base documental que será submetida às fases posteriores de análise.

II. Seleção das DFs

Na sequência, a Diretoria Executiva, em conjunto com o Comitê Técnico, realiza a triagem das demonstrações financeiras captadas. Verifica-se, nesta fase, o cumprimento dos critérios de elegibilidade estabelecidos pelo regulamento do prêmio. Apenas as empresas que atendem integralmente aos requisitos seguem para as próximas etapas.

III. Análise Técnica

As demonstrações selecionadas passam por uma análise técnica detalhada, conduzida pela Comissão Técnica. Essa etapa tem como foco avaliar o atendimento aos pilares da transparência, conferindo a consistência, a clareza e a conformidade das informações divulgadas com as normas contábeis e os critérios do prêmio.

IV. Análise Acadêmica

Complementando a análise técnica, a Comissão Acadêmica realiza uma avaliação com enfoque conceitual e metodológico, atribuindo pontuações aos requisitos da premiação. Essa abordagem proporciona uma visão mais aprofundada e crítica sobre os elementos qualitativos e quantitativos das demonstrações, assegurando a robustez dos critérios de avaliação.

V. Escolha das DFs Ganadoras

Na etapa final, a Comissão Julgadora delibera sobre os resultados, com base em todos os pareceres e análises realizados anteriormente. Cabe a essa comissão definir as empresas vencedoras e os destaques em cada categoria, reconhecendo aquelas que se sobressaíram em termos de qualidade da informação contábil, aderência às normas e práticas de transparência.



4. Seleção das Empresas e Itens Analisados

A cada edição do Troféu Transparência ANEFAC, é realizada uma análise criteriosa das demonstrações financeiras das companhias abertas com sede no Brasil. A base de empresas avaliadas considera todas as Sociedades Anônimas de capital aberto que publicaram suas demonstrações financeiras no exercício anterior à premiação.

A seguir, são apresentados os dados consolidados das últimas três edições, destacando o universo de empresas analisadas, o número de companhias selecionadas para a segunda fase da avaliação e a quantidade total de itens examinados pelas comissões técnica e acadêmica:

Troféu Transparência 2024

- 434 empresas abertas avaliadas
- 100 empresas selecionadas para a segunda fase
- 3.900 itens analisados

Troféu Transparência 2023

- 434 empresas abertas avaliadas
- 91 empresas selecionadas para a segunda fase
- 3.549 itens analisados

Troféu Transparência 2022

- 447 empresas abertas avaliadas
- 85 empresas selecionadas para a segunda fase
- 3.315 itens analisados

Esses números refletem o esforço contínuo da ANEFAC em promover a excelência na transparência corporativa e evidenciam a robustez do processo de avaliação adotado para o reconhecimento das melhores práticas na divulgação das informações contábeis.



5. Empresas Ganhadoras

O Troféu Transparência ANEFAC reconhece anualmente as empresas que se destacam na qualidade, consistência e clareza das informações divulgadas em suas demonstrações financeiras. A premiação valoriza organizações comprometidas com a boa governança, a conformidade contábil e a prestação de contas transparente à sociedade e aos stakeholders.

Nos últimos três anos, diversas companhias abertas vêm se consolidando entre as referências em transparência corporativa. Os quadros a seguir apresentam as empresas premiadas nas edições de 2022, 2023 e 2024, bem como o número total de vezes em que cada uma foi reconhecida nesse período.

O destaque é para empresas que, de forma recorrente, mantêm elevado padrão de divulgação, sendo reconhecidas por até três edições consecutivas, o que evidencia um compromisso contínuo com a excelência informacional.

Empresa	2022	2023	2024	Total
AES Brasil Energia	G	G		2
Alupar Investimento		G	G	2
Ambev		G	G	2
Auren Energia	G	G		2
Autopista Planalto		G		1
B3	G	G	G	3
Cemig			G	1
Cogna	G			1
Comgas	G			1
Copel		G	G	2
CSN	G			1
CTG Brasil	G			1
EDP	G	G		2

Empresa	2022	2023	2024	Total
Eldorado		G		1
Eletrobras	G	G		2
Eletropaulo		G		1
Embraer	G	G	G	3
Enel	G			1
Energisa-Sul		G		1
Eneva.			G	1
Engie	G		G	2
Eucatex		G		1
Fleury	G	D	G	3
Grendene		G		1
Hidrovias		G	G	2
Irani	G	G	G	3
Klabin	G	G	G	3
Lojas Renner	G	G	G	3
M. Dias Branco		G	G	2
Magalu	G			1
Marcopolo	G	G		2
Metalfrio			G	1
Neoenergia	G	G		2
Petrobras	G	G	G	3
Quali Corp	G			1
Raia Drogasil	G		G	2
Randon S.A.			G	1
Riachuelo	G			1
Sabesp	G	G	G	3
Sanasa			G	1
Sanepar	G	D	G	3
Santos Brasil Part.			G	1
SLC	G	G	G	3

Empresa	2022	2023	2024	Total
Suzano	G	G	G	3
Taesa			G	1
Totvs	G	G	G	3
Ultrapar			G	1
Vale	G	G	G	3
Vibra (BR Dist)	G			1
Wilson Sont			G	1
Zamp			G	1

G – Ganhadora / D – Destaque

5.1. Empresas Premiadas por Setor

Setor	2022	2023	2024	Total
Bens Industriais	2	4	6	12
Consumo Cíclico	4	2	2	8
Consumo não cíclico	1	3	3	7
Financeiro	1	1	1	3
Materiais Básicos	5	6	4	15
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	2	1	2	5
Saúde	3	1	2	6
Tecnologia da Informação	1	1	1	3
Utilidade Pública	11	11	9	31

5.2. Empresas Premiadas por Sub-Setor

Sub-Setor	2022	2023	2024	Total
Agropecuária	1	1	1	3
Água e Saneamento	2	2	3	7
Alimentos Processados		1	1	2
Bebidas		1	1	2
Comércio e Distribuição	1		1	2
Comércio Varejista	3	1	1	5
Educação	1			1
Embalagens	1	1	1	3
Energia Elétrica	8	9	6	23
Gás	1			1
Hoteis e Restaurantes			1	1
Madeira e Papel	2	4	2	8
Máquinas e Equipamentos			1	1
Material de Transporte	2	2	2	6
Mineração	2	1	1	4
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	2	1	2	5
Programas e Serviços	1	1	1	3
Serviços Financeiros Diversos	1	1	1	3
Serviços Médico – Hospitalares, Análises e Diagnósticos	2	1	1	4
Tecidos, Vestuário e Calçados		1		1
Transporte		2	3	5

6. Desempenho das Empresas Ganhadoras

É importante destacar que o Troféu Transparência ANEFAC não considera, em sua avaliação, os resultados ou a situação econômico-financeira das empresas. Esses fatores não influenciam o processo de seleção. O foco da premiação está na transparência, clareza e qualidade das informações contábeis disponibilizadas ao mercado, elementos que agregam valor ao negócio e fortalecem a confiança dos stakeholders. O prêmio não tem como objetivo avaliar a gestão das empresas, mas sim reconhecer aquelas que demonstram excelência na elaboração e divulgação de suas demonstrações financeiras.



7. Principais Práticas Contábeis Analisadas

O processo de avaliação do Troféu Transparência ANEFAC é pautado por critérios técnicos que refletem as melhores práticas de divulgação contábil e comunicação financeira adotadas pelas empresas. Mais do que o cumprimento das obrigações legais, a análise busca identificar organizações que vão além dos requisitos mínimos, demonstrando compromisso com a transparência, a governança e a prestação de contas à sociedade.

As principais práticas analisadas são destacadas nas próximas seções.

7.1. Referências Cruzadas das Notas Explicativas

As referências cruzadas nas notas explicativas representam uma prática essencial de organização, coerência e navegabilidade da informação contábil. Elas consistem na interligação entre diferentes seções das demonstrações financeiras e das próprias notas, facilitando o entendimento do leitor sobre a origem, a composição e os efeitos de determinados saldos e transações.

No contexto do Troféu Transparência ANEFAC, a presença de referências cruzadas é um dos aspectos avaliados, pois evidencia o cuidado da empresa em garantir transparência e clareza na comunicação com os usuários das informações contábeis. Essa prática contribui para:

- Evitar duplicidade de informações e promover concisão;
- Aumentar a compreensão sobre a interdependência entre contas e eventos relevantes;
- Facilitar a auditoria e a análise técnica por parte dos stakeholders;
- Reforçar a consistência entre os dados apresentados nas demonstrações e as explicações complementares.

Empresas que adotam referências cruzadas de forma sistemática demonstram elevado grau de maturidade na estruturação de suas informações financeiras, alinhando-se às boas práticas internacionais de divulgação contábil.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021 (Em milhares de Reais)

	Notas	2022	B3 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021		Notas	2022	B3 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Ativo						Passivo e patrimônio líquido					
Circulante						Circulante					
Disponibilidades	4(a)	15.268.350	19.874.516	17.114.725	21.088.155	Garantias recebidas em operações	14	2.722.224	1.558.226	9.306.446	12.958.993
Aplicações financeiras	4(b)	2.397.220	2.363.517	2.813.794	2.560.516	Proventos e direitos sobre títulos em custódia	21(a)	4.756.602	6.357.430	4.756.602	6.357.430
Instrumentos financeiros derivativos	4(c)	10.774.079	15.472.034	12.283.245	16.573.301	Fornecedores	9	205.194	202.865	219.288	218.438
Contas a receber	5	454.630	397.874	503.840	436.258	Obrigações salariais e encargos sociais	21(b)	449.491	384.536	539.356	428.735
Tributos a compensar e recuperar	16(d)	1.481.389	1.285.468	1.540.133	1.334.559	Impostos e contribuições a receber	21(c)	1.348.588	1.113.081	1.423.748	1.169.376
Despesas antecipadas		127.474	129.040	131.657	133.380	Empréstimos, financiamentos e arrendamentos	9	311.686	2.859.720	560.238	3.204.429
Outros créditos		27.096	24.924	34.624	38.588	Instrumentos financeiros derivativos	4(c)	16.318	69.831	16.318	69.831
Ativos não circulantes disponíveis para venda						Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar		327.582	270.862	327.582	270.862
Não circulante						Recalculado a apropriar		67.219	64.413	72.414	64.413
Realizável a longo prazo		32.764.414	33.734.856	30.465.160	31.436.736	Outras obrigações	10	153.999	288.131	1.250.295	1.078.122
Aplicações financeiras	4(b)	2.912.130	3.089.781	3.095.484	3.251.443	Não circulante					
Depósitos judiciais	11(g)	2.627.274	2.815.257	2.839.353	2.962.286	Empréstimos, financiamentos e arrendamentos	9	15.472.815	13.320.051	11.550.837	10.994.211
Despesas antecipadas		256.406	248.831	257.273	263.325	Imposto de renda e contribuição social diferidos	16(a)	5.570.871	5.152.965	5.488.837	5.110.484
Investimentos	6(a)	4.962.260	4.968.502	654.484	651.036	Provisões para riscos tributários, civis, trabalhistas e outras	11(a)	504.898	435.259	513.344	456.332
Participações em controladas e coligadas	6(b)	4.962.260	4.968.502	634.475	629.509	Instrumentos financeiros derivativos	4(c)	39.001	43.675	39.001	43.675
Propriedades para investimento	7	896.805	877.040	920.622	903.837	Recalculado a apropriar	10	67.939	64.653	67.939	64.653
Imobilizado	8	23.993.219	24.769.533	25.794.570	26.630.420	Outras obrigações	12	344.696	453.516	345.125	454.051
Intangível						Patrimônio líquido					
						Capital e reservas atribuídos aos acionistas da controladora					
						Capital social	12	12.548.655	12.548.655	12.548.655	12.548.655
						Reserva de capital		7.957.428	8.341.257	7.957.428	8.341.257
						Reserva de reavaliação		16.088	16.673	16.088	16.673
						Reserva de lucros		3.682.925	1.737.822	3.682.925	1.737.822
						Ações em tesouraria		(4.095.967)	(801.729)	(4.095.967)	(801.729)
						Outros resultados abrangentes		(50.582)	(224.168)	(50.582)	(224.168)
						Dividendos adicionais propostos		212.580	789.295	212.580	789.295
						Participação dos acionistas não-controladores		20.271.137	22.407.905	20.271.137	22.407.905
						Total do passivo e patrimônio líquido		48.048.652	53.426.250	47.594.773	52.531.769

Fonte: B3 (2023)

7.2. Responsividade das Notas Explicativas

A responsividade das notas explicativas diz respeito à capacidade dessas notas de responder de forma clara, direta e contextualizada às necessidades de informação dos usuários das demonstrações financeiras. Trata-se de uma prática que vai além do simples cumprimento normativo, buscando agregar valor à comunicação contábil por meio da relevância, personalização e atualidade das informações divulgadas.

No âmbito da avaliação do Troféu Transparência ANEFAC, a responsividade é um dos critérios observados, pois demonstra o compromisso da empresa com uma divulgação eficaz, voltada à compreensão do negócio e dos fatos relevantes que impactam seu desempenho.

As principais características de notas explicativas responsivas incluem:

- Adequação ao contexto operacional e setorial da empresa, evitando textos genéricos e padronizados;
- Atualização constante das informações para refletir mudanças significativas no ambiente econômico, regulatório ou na estrutura da companhia;
- Explicações detalhadas sobre julgamentos contábeis relevantes, estimativas e políticas adotadas;
- Ênfase em aspectos relevantes ao negócio, como riscos específicos, variações sazonais, impactos regulatórios e eventos subsequentes;
- Foco no usuário da informação, com linguagem acessível, estrutura lógica e conexão com os demonstrativos.

A presença de notas explicativas responsivas é um indicativo de transparência ativa e de maturidade informacional, atributos que fortalecem a relação de confiança entre a empresa, o mercado e a sociedade.

7.3. Objetividade do Relatório da Administração

O Relatório da Administração (RA) é uma peça essencial para a comunicação entre a empresa e seus stakeholders, e deve ser elaborado com objetividade, clareza e completude. Embora as companhias adotem abordagens diversas na sua elaboração, é fundamental que o RA esteja alinhado e conversando diretamente com as demais demonstrações financeiras, oferecendo uma visão integrada e coesa da situação econômica, financeira e operacional da empresa.

Um RA bem estruturado deve:

- Explicar de forma clara as principais variações observadas nas demonstrações contábeis, com destaque para as contas de resultado, evidenciando as causas de aumentos, reduções ou alterações significativas nos indicadores financeiros;
- Estar coerente com os parágrafos de ênfase e os principais pontos de auditoria (PPAs) constantes no relatório dos auditores independentes, evidenciando transparência e integridade na comunicação;
- Apresentar de forma objetiva os planos de investimento realizados e previstos, bem como operações relevantes de aquisição ou desinvestimento ocorridas no período;
- Manter consistência com as notas explicativas relacionadas, especialmente aquelas que tratam de controladas e coligadas, ativos imobilizados, empréstimos, patrimônio líquido e demonstração dos fluxos de caixa.

Ao cumprir esses requisitos, o Relatório da Administração deixa de ser apenas uma exigência legal e se transforma em uma ferramenta estratégica de prestação de contas.

Plano de Investimentos

Para cumprir a sua missão e executar seu plano de negócios, a Companhia mantém um programa de investimentos que se destina a melhorar e expandir seus sistemas de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto, além de aumentar e proteger os recursos hídricos.

Nosso programa de investimentos compreende quatro metas específicas com relação aos municípios atendidos:

- continuar a aumentar a segurança do abastecimento de água e atender ao aumento da demanda por água tratada;
- ampliar o percentual de domicílios ligados à rede de esgoto;
- aumentar o tratamento do esgoto coletado; e
- melhorar a eficiência operacional e reduzir as perdas de água.

Para o período de 2022 a 2026, a Companhia planeja investir cerca de R\$ 23,8 bilhões, sendo R\$ 9,9 bilhões em água e R\$ 13,9 bilhões em coleta e tratamento de esgoto:

	R\$ milhões					
	2022	2023	2024	2025	2026	Total
Abastecimento de Água	2.209	2.026	1.853	1.926	1.869	9.883
Coleta de Esgoto	1.869	1.989	2.005	2.534	2.235	10.632
Tratamento de Esgoto	616	558	668	624	864	3.330
Total	4.694	4.573	4.526	5.084	4.968	23.845

Fonte: Sabesp (2022)

7.4. Apresentação do Balanço Social no Relatório de Administração

A inclusão do Balanço Social no Relatório da Administração (RA) representa uma prática cada vez mais valorizada no contexto da transparência corporativa e da responsabilidade socioambiental. Ao apresentar de forma estruturada os impactos sociais, ambientais e econômicos das suas atividades, a empresa reforça seu compromisso com a sustentabilidade e a geração de valor compartilhado.

No âmbito da avaliação do Troféu Transparência ANEFAC, a divulgação do Balanço Social é considerada uma prática complementar relevante, ainda que não seja obrigatória por norma contábil. Sua presença no RA demonstra sensibilidade da administração em atender às demandas de um público cada vez mais atento aos indicadores não financeiros.

O Balanço Social pode abranger, entre outros aspectos:

- Indicadores de responsabilidade social interna, como saúde e segurança do trabalho, diversidade, inclusão e capacitação dos colaboradores;
- Ações de responsabilidade social externa, como projetos comunitários, investimentos sociais, apoio à educação e cultura;
- Indicadores de sustentabilidade ambiental, como consumo de recursos naturais, emissões, resíduos e ações de mitigação de impactos;
- Dados agregados de geração de valor econômico e distribuição entre os stakeholders, alinhando-se à Demonstração do Valor Adicionado (DVA).

Ao integrar o Balanço Social ao Relatório da Administração, a empresa amplia a abrangência da prestação de contas, indo além dos resultados financeiros e contribuindo para uma visão mais holística e transparente da sua atuação.

Balanço Social Anual - 2022										(Em milhares de reais)									
1 - Base de Cálculo		2022		2021 (reapresentado)						5 - Indicadores do Corpo Funcional		2022		2021					
Receita líquida (RL)		2.031.157		2.201.743						Nº de mulheres que trabalham na empresa		159		151					
Resultado operacional (RO)		187.632		210.897						Nº de cargos de chefia ocupados por mulheres		14,29%		10,34%					
Folha de pagamento bruta (FPB)		89.774		87.770						Nº de negros(as) que trabalham na empresa		251		220					
										Nº de cargos de chefia ocupados por negros(as)		10,70%		6,90%					
2 - Indicadores Sociais Internos		Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL			6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		2022		Metas 2023					
Alimentação		14.140	15,75%	0,70%	13.172	15,01%	0,60%			Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais		39		39					
Encargos sociais compulsórios		11.491	12,80%	0,57%	19.946	22,73%	0,91%			7 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial									
Previdência privada		3.530	3,93%	0,17%	12.364	14,09%	0,56%			Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa		88,58		88,58					
Saúde		8.812	9,82%	0,43%	8.128	9,26%	0,37%			Número total de acidentes de trabalho		0		1					
Segurança e saúde no trabalho		4.253	4,74%	0,21%	2.850	3,25%	0,13%			Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:		() direção		(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)				
Educação		86	0,10%	0,00%	120	0,14%	0,01%			Os padrões de segurança e saúde no ambiente de trabalho foram definidos por:		(X) direção e gerências		() todos(as) empregados(as)	(X) direção e gerências				
Cultura		-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%			Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:		() não se envolverá		(X) seguirá as normas da OIT	() incentivará e seguirá a OIT				
Capacitação e desenvolvimento profissional		858	0,96%	0,04%	1.209	1,38%	0,05%			A previdência privada contempla:		(X) direção		(X) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)				
Creches ou auxílio-creche		91	0,10%	0,00%	50	0,06%	0,00%			Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:		() não serão considerados		() serão considerados	(X) serão considerados				
Participação nos lucros ou resultados		11.489	12,80%	0,57%	8.782	10,01%	0,40%			Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:		() não se envolverá		(X) apoiará	() organizará e incentivará				
Outros		1.553	1,73%	0,08%	1.262	1,44%	0,06%			Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):		na empresa 188.824		na Justiça 384	na empresa 188.824				
Total - Indicadores sociais internos		56.303	62,73%	2,77%	67.883	77,37%	3,09%			% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:		na empresa 99,98%		na Justiça 100%	na empresa 98,7%				
3 - Indicadores Sociais Externos		Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL			Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):		Em 2022: 1.492.962		Em 2021: 1.453.906					
Educação		156	0,08%	0,01%	219	0,10%	0,01%			Distribuição do Valor Adicionado (DVA):		73% governo 6% colaboradores(as) 7% acionistas 13% terceiros 1% retido		71% governo 6% colaboradores(as) 11% acionistas 12% terceiros -1% retido					
Cultura		450	0,24%	0,02%	809	0,38%	0,04%												
Saúde e saneamento		-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%												
Esporte		53	0,03%	0,00%	29	0,01%	0,00%												
Combate à fome e segurança alimentar		-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%												
Outros		131	0,07%	0,01%	323	0,15%	0,01%												
Total das contribuições para a sociedade		790	0,42%	0,04%	1.380	0,64%	0,06%												
Tributos (excluídos encargos sociais)		665.718	354,80%	32,78%	741.463	351,58%	33,68%												
Total - Indicadores sociais externos		666.508	355,22%	32,82%	742.843	352,22%	33,74%												
4 - Indicadores Ambientais		Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL												
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa		19.625	10,46%	0,97%	23	0,01%	0,00%												
Investimentos em programas e/ou projetos externos		11.900	6,34%	0,59%	12.912	6,12%	0,59%												
Total dos investimentos em meio ambiente		31.525	16,80%	1,56%	12.935	6,13%	0,59%												
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficiência na utilização de recursos naturais, a empresa:																			
5 - Indicadores do Corpo Funcional		2022		2021															
Nº de empregados(as) ao final do período		1.033		1.014															
Nº de admissões durante o período		151		154															
Nº de empregados(as) terceirizados(as)		301		261															
Nº de estagiários(as)		20		19															
Nº de empregados(as) acima de 45 anos		175		159															
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		2022		2021															
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa		88,58		88,58															
Número total de acidentes de trabalho		0		1															
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:		() direção		(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)														
Os padrões de segurança e saúde no ambiente de trabalho foram definidos por:		(X) direção e gerências		() todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) empregados(as) + Cipa														
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:		() não se envolverá		(X) seguirá as normas da OIT	() incentivará e seguirá a OIT														
A previdência privada contempla:		(X) direção		(X) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)														
A participação dos lucros ou resultados contempla:		(X) direção		(X) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)														
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:		() não serão considerados		() serão considerados	(X) serão considerados														
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:		() não se envolverá		(X) apoiará	() organizará e incentivará														
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):		na empresa 188.824		na Justiça 384	na empresa 188.824		na Justiça 320												
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:		na empresa 99,98%		na Justiça 100%	na empresa 98,7%		na Justiça 100%												
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):		Em 2022: 1.492.962		Em 2021: 1.453.906															
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):		73% governo 6% colaboradores(as) 7% acionistas 13% terceiros 1% retido		71% governo 6% colaboradores(as) 11% acionistas 12% terceiros -1% retido															
7 - Outras Informações		2022		2021															
7.1 - Investimentos sociais																			
7.1.1 - Programa Luz para Todos		-		-															
7.1.1.1 - Investimento da União		-		-															
7.1.2 - Investimento do Estado		-		-															
7.1.3 - Investimento do Município		-		-															
7.1.4 - Investimento da Concessionária		-		-															
Total - Programa Luz para Todos (7.1.1 a 7.1.4)		-		-															
7.2 - Programa de eficiência Energética		11.899		5.034															
7.3 - Programa de Pesquisa e Desenvolvimento		4.741		681															
Total dos investimentos sociais (7.1 a 7.3)		16.640		5.715															

Fonte: Energia-Sul (2023)

7.5. Efeitos da Inflação no Relatório da Administração

Em cenários de inflação relevante, é essencial que o Relatório da Administração (RA) aborde, de forma clara e objetiva, os efeitos da inflação sobre o desempenho financeiro e operacional da empresa. Essa análise contribui para uma melhor compreensão das variações observadas nas demonstrações contábeis e reforça o compromisso com a transparência na prestação de contas.

A omissão ou tratamento genérico dos impactos inflacionários pode comprometer a qualidade da informação oferecida aos usuários das demonstrações financeiras, especialmente em aspectos como formação de preços, estrutura de custos, margens, fluxo de caixa, reavaliação de ativos e passivos, e política de hedge.

Entre os principais pontos que o RA deve considerar ao tratar os efeitos da inflação, destacam-se:

- Comentário sobre os impactos da inflação nas receitas, custos e despesas operacionais, com ênfase nas variações relevantes em relação ao período anterior;
- Explicitação dos ajustes contábeis aplicáveis, quando houver, como os relacionados a ativos monetários, estoques e provisões;
- Análise da capacidade de repasse da inflação aos preços de venda, considerando o setor de atuação e a concorrência;
- Impactos inflacionários nos investimentos, no endividamento e na geração de caixa, com conexão direta com as informações da Demonstração do Fluxo de Caixa;
- Coerência com as notas explicativas, especialmente as que tratam de políticas contábeis, riscos de mercado e variações monetárias;
- Indicação de medidas adotadas pela gestão para mitigar ou se adaptar aos efeitos da inflação, quando aplicável.

A adequada abordagem dos efeitos inflacionários no RA enriquece a análise dos resultados e permite que os stakeholders avaliem com maior precisão a resiliência e as estratégias da empresa em contextos econômicos desafiadores.

7.6. Ativos Intelectuais no Relatório de Administração

A abordagem sobre ativos intelectuais no Relatório da Administração (RA) representa uma prática cada vez mais relevante no contexto da economia do conhecimento. Embora, muitas vezes, esses ativos não estejam registrados contabilmente como parte do balanço patrimonial, seu impacto na geração de valor, na inovação e na competitividade das organizações é significativo.

No âmbito do Troféu Transparência ANEFAC, a inclusão de informações qualitativas sobre ativos intelectuais é considerada uma prática de excelência, pois amplia a compreensão do modelo de negócios e da estratégia de longo prazo da empresa.

Entre os principais ativos intelectuais que podem (e devem) ser abordados no RA, destacam-se:

- Capital humano: competências, qualificação, retenção de talentos e políticas de desenvolvimento profissional;
- Capital estrutural: sistemas de informação, processos organizacionais, propriedade intelectual (patentes, marcas, softwares) e capacidade de inovação;
- Capital relacional: relacionamento com clientes, fornecedores, investidores e demais stakeholders;
- Conhecimento organizacional: ativos intangíveis que diferenciam a empresa no mercado, como cultura corporativa, reputação e histórico de governança.

A inclusão desses aspectos no RA contribui para:

- Oferecer uma visão ampliada do valor da empresa, indo além dos indicadores financeiros tradicionais;
- Demonstrar a sustentabilidade e perenidade do modelo de negócios;
- Evidenciar os diferenciais competitivos intangíveis, especialmente relevantes em setores intensivos em conhecimento, tecnologia e inovação.

A apresentação clara e estruturada dos ativos intelectuais reforça o papel do RA como um instrumento estratégico de comunicação com o mercado, elevando o nível de transparência e credibilidade da empresa junto aos seus públicos de interesse.

Gestão da Inovação

No ano de 2022, o Grupo Fleury teve recorde na quantidade de implantações de novos produtos, serviços e novas metodologias. Foram 603 implantações no total, número que é 40% maior do que a quantidade de implantações realizadas no ano anterior (403 implantações em 2021). Destas 603 implantações ocorridas em 2022, 217 são de novos produtos, 347 são de alterações de metodologias, e 39 são Internalizações, que caracterizam melhorias e aprimoramentos em produtos já vigentes no portfólio da companhia. É importante enfatizar os ganhos decorrentes desses projetos de inovação incremental, que vão desde a redução de custo e prazo de resultado até a redução da geração de resíduos, por exemplo; em linha com nossos princípios ESG, trazendo benefícios para nossos(as) pacientes e também para o meio ambiente. Esses projetos geraram uma redução de custo anual de mais de R\$ 34 milhões. No ano, a Companhia investiu R\$ 22,7 milhões em P&D. Na frente de Pesquisa, o Grupo encerrou o ano de 2022 com 84 publicações de artigos científicos, em revistas indexadas, com participação e contribuição intelectual do Grupo Fleury. Dentre elas, destacam-se a contribuição acerca do diagnóstico de doenças autoimunes e seu papel na medicina personalizada (referência 1); avanços na área de conhecimento de proteômica, na qual o Grupo Fleury é pioneiro na oferta de testes diagnósticos (referência 2); conhecimento gerado a partir da análise de bancos de dados e aprendizado de máquina (referências 3 e 4), frutos da estratégia do grupo voltada para geração de conhecimento dirigida por dados.

Fonte: Fleury (2023)

7.7. Integração com a comunidade no Relatório de Administração

A integração com a comunidade é um dos pilares da responsabilidade social corporativa e deve ser refletida de forma clara e objetiva no Relatório da Administração (RA). Essa abordagem reforça o papel da empresa como agente de desenvolvimento social, evidenciando o seu compromisso com o entorno em que está inserida e com a criação de valor compartilhado.

No contexto da avaliação do Troféu Transparência ANEFAC, a apresentação de ações voltadas à comunidade é considerada uma prática complementar que enriquece a transparência e a prestação de contas. Mesmo não sendo uma exigência contábil, a divulgação dessas iniciativas amplia a percepção sobre o impacto socioeconômico da organização.

Entre os principais aspectos que podem ser abordados no RA, destacam-se:

- Projetos sociais, culturais, educacionais ou ambientais promovidos ou apoiados pela empresa;
- Parcerias com organizações da sociedade civil, instituições de ensino ou poder público para ações de interesse coletivo;

- Iniciativas de voluntariado corporativo, doações e campanhas de engajamento social;
- Ações de inclusão social, geração de emprego e renda no entorno das operações;
- Indicadores de alcance e impacto dessas ações, quando disponíveis, reforçando a efetividade e mensurabilidade dos resultados.

Ao apresentar de forma transparente sua atuação social, a empresa fortalece sua reputação, amplia a legitimidade de suas atividades e contribui para o desenvolvimento sustentável das comunidades onde atua. Além disso, demonstra alinhamento com os princípios ESG (Ambiental, Social e Governança), cada vez mais valorizados pelo mercado e pela sociedade.



Social

No 2º ano de pandemia, continuamos com ações de combate à Covid-19. Empenhados a ajudar a sociedade a superar os impactos negativos, identificamos que um dos maiores gargalos do tratamento contra a Covid-19 foi a falta de insumos para intubar pacientes em estado grave. Neste contexto, em parceria com outras empresas que fazem parte do Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP), doamos recursos que foram entregues ao Ministério de Saúde para a compra de medicamentos que fazem parte do kit intubação, que foram distribuídos para os estados por meio do Sistema Único de Saúde (SUS) e com apoio logístico da Vale.

Em parceria com o "Movimento Unidos pela Vacina", iniciativa da sociedade civil com o propósito de vacinar todos os brasileiros, doamos câmaras frias para 29 municípios no Nordeste do país, beneficiando cerca de 560 mil habitantes.

Em termos de investimentos sociais, renovamos nosso apoio ao projeto Circo Crescer e Viver, iniciativa que oferece atividades culturais para promover a cidadania e a inclusão social no entorno da Cidade Nova, bairro onde fica localizado o edifício Lubrax, sede da Vibra.

Além disso, apoiamos 2 outros projetos no entorno do nosso edifício sede Lubrax realizados pelo Instituto Meta Educação: "Mulheres Artesãs do Estácio" e "Reforço do Futuro". "Mulheres Artesãs do Estácio", patrocinado através da Lei de Incentivo à Cultura do Município do Rio de Janeiro, ofereceu capacitação para 40 mulheres em artesanato e cidadania. "Reforço do Futuro", patrocinado através da Lei Rouanet, proporciona reforço escolar para 120 crianças estudantes da rede pública no entorno de nossa sede.

Contribuímos também para o projeto Brasileiros pelo Brasil - parceria com Fundação Banco do Brasil, Petrobras e IBP. Com o aporte da Vibra ao projeto, conseguimos viabilizar a doação de 3.125 cestas básicas para comunidades vizinhas das nossas bases nos municípios: Duque de Caxias (RJ), Caracará (RR), Crato (CE), Cuiabá (MT), Cruzeiro do Sul (AC).

Além dos investimentos sociais, realizamos diversas ações de voluntariado. Foram realizadas mentorias virtuais pelos nossos voluntários junto aos estudantes da rede pública do estado do Rio de Janeiro, no programa Trilha Empreendedora, executado em parceria com o IBP e a Junior Achievement. A iniciativa ajuda a combater a evasão escolar em escolas da rede pública de ensino e permite que jovens do ensino médio tenham a oportunidade de desenvolverem suas habilidades e competências por meio da metodologia "aprender fazendo".

A campanha Doe um Brinquedo aconteceu na Fábrica de Lubrificantes, em Duque de Caxias (RJ), com a equipe 'Sermente', grupo de colaboradoras engajadas em ações voluntárias. Realizamos na base de Cuiabá (MT) - o "Dia da Alegria", ação organizada pela Associação de Moradores do Tijucal, comunidade baixa renda da capital com distribuição de brinquedos, doces e realização de atividades recreativas.

Mobilizamos parceiros e voluntários na Campanha SOS Petrópolis, ação de solidariedade para arrecadar água, alimentos (em especial de consumo imediato), cobertores, itens de higiene pessoal e limpeza, roupas e EPIs. Atuando em sinergia com a Associação das Empresas de Campos Elíseos (ASSECAMPE), da qual a nossa fábrica de lubrificantes faz parte, coletamos botas, luvas, capacetes, e demais aparelhos EPIs para o trabalho de 100 voluntários que prestam auxílio na região.

Também firmamos parceria com a Central Única das Favelas (CUFA), disponibilizando caminhões truck direcionados exclusivamente ao transporte das doações. Com o apoio logístico de nossa equipe do terminal de lubrificantes, foram enviadas 24 toneladas de alimentos e 100 kg de roupas da sede da CUFA para o Clube Petropolitano.

Divulgamos campanha nas redes sociais com foco no enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes nas estradas; realizamos também campanhas de doação para o Dia das Crianças nas comunidades no entorno de nossas operações e reativamos a rede de voluntariado para construção de futuras ações.

A Vibra tem como prioridade o foco em diversidade e inclusão e seguindo com esse objetivo tivemos novamente um avanço valioso na Companhia entre 2020 e 2021.

Fonte: Vibra (2023)

7.8. Preocupação com o meio ambiente e atividades de sustentabilidade (ESG) no Relatório de Administração

A crescente demanda por empresas comprometidas com a sustentabilidade e com os princípios ESG (Ambiental, Social e Governança) tem elevado a importância da inclusão de informações ambientais e socioeconômicas no Relatório da Administração (RA). Esse movimento reflete a expectativa de stakeholders por maior transparência sobre os impactos das atividades empresariais e pelas ações adotadas para mitigá-los.

No contexto do Troféu Transparência ANEFAC, a apresentação de práticas ambientais e de sustentabilidade no RA é considerada uma prática relevante e agregadora, mesmo não sendo exigida formalmente pelas normas contábeis. Trata-se de um indicativo da maturidade informacional da empresa e de seu comprometimento com a criação de valor sustentável.

Entre os principais temas que podem ser abordados no RA nesse contexto, destacam-se:

- Práticas de gestão ambiental, incluindo controle de emissões, tratamento de resíduos, uso de recursos naturais e eficiência energética;
- Relato de metas e indicadores ambientais, bem como dos avanços obtidos em relação a compromissos assumidos (ex.: carbono neutro, redução de consumo hídrico, etc.);
- Adoção de políticas ambientais corporativas e estrutura de governança dedicada à sustentabilidade;
- Projetos e iniciativas com foco em economia circular, biodiversidade, energia renovável, logística reversa, entre outros;
- Integração dos aspectos ESG à estratégia de longo prazo da empresa e aos seus processos de tomada de decisão.

A divulgação estruturada desses temas no Relatório da Administração contribui para uma prestação de contas mais ampla e conectada com os desafios atuais, além de fortalecer a imagem institucional da empresa frente ao mercado, investidores e à sociedade como um todo.

SUSTENTABILIDADE

Para garantir a contínua evolução de suas práticas ESG, a Companhia possui um Comitê de Sustentabilidade, que assessoria o Conselho de Administração. As recomendações deste Comitê continuaram a ser em 2021 essenciais para a evolução dos compromissos e posicionamentos institucionais, metas de longo prazo e na frente de finanças sustentáveis.

O ano de 2021 também foi marcado pela contratação da nova diretora executiva de sustentabilidade, Sra. Cristina Gil White, que passou a atuar na Companhia a partir de outubro, em substituição à Maria Luiza de Oliveira Pinto e Paiva.

A Suzano, acompanhando o importante crescimento da relevância da temática ESG em 2021 que foi marcado por avanços regulatórios, aumento da demanda por transparência e padronização, avançou em diversas frentes e na continuidade de projetos já em andamento. A divulgação de seu Relatório Anual 2020 e Central de Indicadores, divulgados em maio de 2021, foram construídos seguindo os temas materiais da empresa, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, GRI, as recomendações da Task Force on Climate-Related Financial Disclosure (TCFD), e, como evolução, em aderência aos padrões de divulgação do Sustainability Accounting Standards Board (SASB) e às recomendações do World Economic Forum (WEF).

Reconhecendo a importância de ampliar publicamente o engajamento com suas partes interessadas sobre seu desempenho em temas ESG, em junho a Suzano realizou seu primeiro ESG Call, evento dedicado a aprofundar a prestação de contas sobre o avanço de suas metas de longo prazo - chamadas de Compromissos para Renovar a Vida; bem como para anunciar um novo compromisso sobre Biodiversidade. O evento contou com a participação externa de Pavan Sukhdev - economista ambiental que é referência global em economias verdes.

Ciente de que o desempenho da Suzano nos principais índices e ratings ESG podem influenciar a percepção e as decisões de algumas de suas partes interessadas, sobretudo de investidores, a Companhia conquistou em 2021 avanços importantes, tendo como principal destaque a nota "A-" nos três questionários do CDP (Clima, Florestas e Água). Adicionalmente, a Suzano manteve sua participação no Índice de Sustentabilidade Empresarial 2021 (ISE) e no Índice de Carbono Eficiente da B3 (ICOE B3). Para 2022, a Suzano continuará a atuar em seus planos de ação internos visando evoluir cada vez mais nos principais índices internacionais, como Dow Jones Sustainability Index (DJSI), Sustainalytics e MSCI.

Compromissos para Renovar a Vida

No que se refere à gestão da governança dos Compromissos para Renovar a Vida (metas de longo prazo), fortalecemos a atuação dos grupos de trabalhos internos e consolidamos no âmbito da Diretoria Executiva um Fórum Estratégico responsável pelo acompanhamento dos compromissos; bem como índices e ratings ESG.

Fonte: Suzano (2023)

7.9. Relacionamento com seus colaboradores, fornecedores, clientes e comunidade (ESG) no Relatório de Administração

No contexto das práticas ESG (Ambiental, Social e Governança), o relacionamento da empresa com seus principais públicos de interesse – colaboradores, fornecedores, clientes e comunidade – é um componente essencial da responsabilidade corporativa. A inclusão desse tema no Relatório da Administração (RA) amplia a transparência da organização e evidencia o compromisso com a construção de relações éticas, sustentáveis e de longo prazo.

O Troféu Transparência ANEFAC valoriza a divulgação de informações qualitativas e quantitativas sobre essas relações, mesmo que não sejam exigidas formalmente pelas normas contábeis. Essa prática demonstra a maturidade institucional e o alinhamento da empresa com os princípios da governança responsável.

Os principais pontos que podem ser abordados no RA incluem:

- Colaboradores: políticas de diversidade e inclusão, programas de capacitação e desenvolvimento, clima organizacional, saúde e segurança do trabalho, remuneração variável, benefícios e práticas de valorização do capital humano;
- Fornecedores: critérios de seleção baseados em ética, qualidade e sustentabilidade; desenvolvimento de parcerias de longo prazo; ações de compliance na cadeia de suprimentos;
- Clientes: iniciativas de melhoria na experiência do cliente, canais de atendimento e escuta ativa, práticas de proteção de dados, satisfação e fidelização;
- Comunidade: projetos sociais, apoio ao desenvolvimento local, investimentos em educação, cultura e infraestrutura, bem como ações de diálogo e engajamento com os públicos do entorno.

Ao abordar essas dimensões no RA, a empresa evidencia que seu desempenho vai além dos indicadores financeiros, refletindo também a forma como constrói e mantém relações sustentáveis com os diversos stakeholders. Essa prática fortalece a reputação institucional, atrai investidores socialmente responsáveis e contribui para a perenidade do negócio.

■ Fornecedores

Em 2021, as compras e contratações de fornecedores envolveram dispêndios da ordem de R\$ 2,4 bilhões. O processo de seleção dos fornecedores considera a atuação e a gestão desses parceiros sobre os aspectos ESG. A SLC Agrícola aplica uma ferramenta de gestão de riscos para terceiros que permite a consulta a diferentes bases de dados, com o objetivo de obter informações sobre cerca de 40 temas de avaliação. Um dos tópicos avaliados é o risco de ocorrência de trabalho infantil ou análogo ao escravo. Todos os fornecedores contratados em 2021 foram avaliados na ferramenta e não foram identificados riscos relacionados a práticas degradantes de trabalho. A partir de 2022, o objetivo é realizar essa análise ainda na fase de homologação cadastral para os novos fornecedores, antes da efetivação dos contratos.

Fonte: SLC (2023)

7.10. Política, aplicação e gerenciamento da governança corporativa (ESG) no Relatório de Administração

A governança corporativa é um dos pilares centrais do conceito ESG (Ambiental, Social e Governança), sendo determinante para a transparência, a integridade e a sustentabilidade das organizações. A inclusão de informações sobre a estrutura e as práticas de governança no Relatório da Administração (RA) contribui significativamente para a credibilidade da empresa perante investidores, reguladores e demais stakeholders.

No contexto do Troféu Transparência ANEFAC, a apresentação clara e objetiva das políticas e mecanismos de governança corporativa no RA é considerada uma prática de excelência, por refletir o comprometimento da administração com a ética, o controle e a prestação de contas.

Entre os principais aspectos que devem ser abordados no RA, destacam-se:

- Política de governança corporativa, incluindo princípios, diretrizes e compromissos adotados pela companhia;
- Composição e funcionamento dos órgãos de governança: Conselho de Administração, Comitês de Assessoramento (como Auditoria, Ética, Sustentabilidade, Riscos), Diretoria Executiva e suas respectivas atribuições;
- Práticas de gestão de riscos, controles internos e compliance, demonstrando a eficácia dos mecanismos de supervisão e mitigação;
- Transparência na tomada de decisão, prestação de contas e relacionamento com os acionistas e o mercado;
- Estrutura de integridade (programa de conformidade), canais de denúncia, código de conduta, política anticorrupção e políticas relacionadas à prevenção de conflitos de interesse;
- Compromissos com a agenda ESG, evidenciando como a governança integra os temas ambientais e sociais às decisões estratégicas.

A divulgação estruturada desses elementos no RA demonstra que a governança corporativa é efetivamente aplicada e monitorada como instrumento de geração de valor e perenidade do negócio, e não apenas como uma exigência regulatória.

7.11. Comitê de Auditoria, Conselho de Administração, Conselho Fiscal no RA

A divulgação das estruturas de governança corporativa no Relatório da Administração (RA) é fundamental para reforçar o compromisso da empresa com a integridade, a transparência e a responsabilização na condução dos negócios. Nesse contexto, a apresentação clara das funções, composição e atuação do Comitê de Auditoria, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal torna-se uma prática altamente recomendada e valorizada.

Esses órgãos exercem papéis complementares e estratégicos no sistema de governança:

- Conselho de Administração: órgão máximo da governança, responsável por definir as diretrizes estratégicas da companhia, aprovar políticas corporativas, supervisionar a atuação da diretoria executiva e zelar pelos interesses dos acionistas. O RA deve informar sua composição, perfil dos conselheiros (independentes, externos, etc.), frequência de reuniões e principais deliberações no período.
- Comitê de Auditoria: órgão técnico de suporte ao Conselho de Administração, com atuação independente, voltado à supervisão dos processos de auditoria interna e externa, controles internos, gerenciamento de riscos e integridade corporativa. O RA deve destacar sua atuação, número de reuniões, interações com os auditores independentes e contribuições para o aprimoramento dos controles e da transparência contábil.
- Conselho Fiscal: órgão de fiscalização autônomo, instituído de forma permanente ou eventual, responsável por acompanhar os atos da administração e revisar as demonstrações financeiras. Sua atuação fortalece o processo de supervisão e contribui para a proteção dos acionistas minoritários. O RA deve informar sobre sua instalação, composição e atividades realizadas no exercício.

A inclusão dessas informações no RA demonstra governança ativa e estruturada, e reforça a confiança dos investidores, do mercado e da sociedade quanto ao compromisso da empresa com a boa gestão, o controle e a ética corporativa.

RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMI

Composição do Comitê

De acordo com o seu Regimento Interno, o Comitê de Auditoria ("COAUD" ou "Comitê") deve ser composto por 03 (três) a 05 (cinco) membros. Atualmente, o Comitê é coordenado por um membro independente do Conselho de Administração ("CA" ou "Conselho") e composto por mais dois membros independentes do Conselho de Administração e dois membros externos, sendo um deles com reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária. Os membros atuais foram eleitos pelo Conselho de Administração em maio de 2021, sendo que o Coordenador do Comitê, apesar de eleito em maio, só tomou posse em agosto de 2021, com exceção do Sr. Murilo Passos que foi eleito para compor o Comitê no dia 28 de outubro de 2021.

Nome	Função	Independente	Membro desde	Participação ¹
Manuel Lino Silva de Sousa Oliveira	Coordenador	Sim	Agosto de 2021	9/9
Luciana Pires Dias	Membro externo	Sim	Abril de 2020	15/15
Mauro Rodrigues da Cunha	Membro do Conselho de Administração	Sim	Maio de 2021	15/15
Murilo Cesar Lemos dos Santos Passos	Membro do Conselho de Administração	Sim	Novembro de 2021	2/2
Sergio Ricardo Romani	Membro externo e especialista em contabilidade societária	Sim	Abril de 2020	15/15

¹ Período contado desde a posse de cada membro no atual mandato, que se iniciou em maio de 2021.

Fonte: Vale (2022)

7.12. Informações sobre contratação e/ou honorários do Auditor Independente no RA

A divulgação de informações relativas à contratação do auditor independente e aos honorários pagos pelos serviços prestados é uma prática que reforça os princípios de transparência e integridade da governança corporativa, sendo cada vez mais valorizada por investidores, reguladores e demais stakeholders.

No âmbito do Relatório da Administração (RA), é recomendável que a empresa apresente de forma clara:

- A identificação da firma de auditoria independente contratada;

- O período de atuação da firma como responsável pela auditoria das demonstrações financeiras;
- Os valores pagos a título de honorários pelos serviços de auditoria independente do exercício;
- A discriminação dos honorários pagos por outros serviços prestados pela mesma firma, quando houver (ex.: consultoria, assessoria tributária, serviços técnicos especializados), conforme determina a Instrução CVM 308 e outras normativas aplicáveis;
- Declaração de que os serviços prestados não comprometeram a independência do auditor, caso haja contratação de serviços distintos da auditoria das demonstrações contábeis.

A inclusão dessas informações no RA demonstra o cuidado da administração em assegurar a independência da auditoria externa, além de oferecer maior clareza quanto à relação contratual estabelecida com os auditores. Essa transparência contribui para a credibilidade das demonstrações financeiras e para o fortalecimento da confiança no processo de reporte contábil da empresa.

7.13. Informações sobre Remuneração dos Administradores

A divulgação da remuneração dos administradores — incluindo membros da diretoria executiva, conselho de administração e demais órgãos estatutários — é uma prática fundamental de transparência e governança corporativa, amplamente valorizada por investidores, órgãos reguladores e demais stakeholders.

No contexto do Relatório da Administração (RA), espera-se que a empresa apresente, de forma clara e objetiva:

- O montante global da remuneração atribuída aos administradores no exercício, conforme previsto na Lei das S.A. (Lei nº 6.404/76);

- A política de remuneração vigente, destacando os critérios adotados para definição de salários fixos, remuneração variável (bônus, participação nos lucros), benefícios e incentivos de longo prazo (como planos de ações ou stock options);
- A composição da remuneração, separando valores fixos e variáveis, e, quando aplicável, a vinculação desses valores a metas de desempenho;
- A existência de mecanismos de governança relacionados à aprovação e fiscalização da remuneração, como a atuação do Comitê de Remuneração (caso existente).

A divulgação adequada dessas informações contribui para:

- Fortalecer a prestação de contas da alta administração;
- Evidenciar o alinhamento entre remuneração e desempenho empresarial;
- Garantir a equidade e a transparência na relação entre gestores, acionistas e mercado.

Além disso, essa prática está em conformidade com os princípios do Código Brasileiro de Governança Corporativa e com as exigências da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que visam promover maior clareza sobre o papel e os incentivos dos administradores na condução estratégica da companhia.

7.14. Observância das Notas Explicativas ao OCPC 07

As notas explicativas devem ser elaboradas com clareza, objetividade e relevância, a fim de complementar e dar suporte às demonstrações contábeis de forma compreensível e útil para os usuários da informação. A observância ao OCPC 07 – Divulgação na Nota Explicativa das Práticas Contábeis é fortemente recomendada e considerada um fator diferenciador na avaliação técnica do Troféu Transparência ANEFAC.

Publicado em 09 de dezembro de 2014 pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o OCPC 07 tem como objetivo orientar as entidades quanto à elaboração de notas mais sucintas, organizadas por relevância e com linguagem acessível, evitando descrições genéricas, repetitivas ou excessivamente técnicas.

Entretanto, observa-se nos últimos anos uma tendência crescente de expansão do volume de informações contidas nas notas explicativas, em movimento contrário ao proposto pelo OCPC 07. Esse fenômeno parece estar relacionado a práticas de "benchmarking" entre companhias, que muitas vezes buscam reproduzir modelos extensos de divulgação adotados por empresas do mesmo setor, sem considerar a real relevância ou necessidade da informação para seus usuários.

O excesso de informações pode comprometer a efetividade da comunicação contábil, dificultando a identificação dos aspectos mais importantes e reduzindo a utilidade das demonstrações financeiras. Por isso, a adoção consciente das diretrizes do OCPC 07 deve ser vista como um avanço em termos de qualidade, concisão e utilidade da informação contábil — e um diferencial relevante no processo de avaliação da transparência.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Base de preparação

2.1.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela administração da Companhia na sua gestão.

A Companhia, sempre que aplicável, se utiliza das orientações e requerimentos estabelecidos pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas regidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica, quando não conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A autorização para emissão destas demonstrações financeiras ocorreu em reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de fevereiro de 2022.

2.1.2. Moeda funcional e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.1.3. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicada a base diferente de mensuração.

2.1.4 Segmento de negócios

Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades de negócio através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas.

Como a Companhia atua em uma única região geográfica (Estado de São Paulo) e possui uma única atividade de negócio das quais pode obter receitas e incorrer despesas (Distribuição de Energia Elétrica), a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de distribuição de energia elétrica como passível de reporte.

Fonte: Eletropaulo - 2022

7.15. Nota Explicativa de Contexto Operacional

A nota explicativa de contexto operacional deve ser elaborada de forma objetiva, direta e não redundante, fornecendo uma visão concisa sobre a natureza das operações da empresa, seu setor de atuação, mercados em que opera, principais produtos ou serviços e eventuais aspectos regulatórios relevantes.

Essa nota deve complementar o conteúdo do Relatório da Administração (RA), mantendo coerência com as informações ali apresentadas, mas evitando repetições desnecessárias. O foco deve estar em apresentar o enquadramento operacional necessário para a correta compreensão das demonstrações contábeis, e não em descrever estratégias, planos ou análises gerenciais já abordadas no RA.

Boas práticas para essa nota incluem:

- Linguagem clara e concisa, sem termos excessivamente genéricos;
- Destaque apenas para elementos operacionais que impactem a interpretação das demonstrações financeiras;
- Alinhamento com as informações divulgadas nas demais notas explicativas, especialmente nas relativas a segmentos operacionais, receitas, ativos e passivos significativos.

A adoção de uma abordagem sintética e bem conectada com o RA contribui para uma comunicação contábil mais eficiente, em linha com os princípios do OCPC 07 e com as boas práticas de transparência e governança.

1. Contexto operacional: A Marcopolo S.A. ("Marcopolo") é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 abrangem a Marcopolo e suas controladas, controladas em conjunto e investimentos em coligadas (denominadas "Companhia"). A Marcopolo tem por objeto a fabricação e comércio de ônibus, veículos automotores, carrocerias, peças, máquinas agrícolas e industriais, importação e exportação, podendo ainda participar de outras sociedades. A Marcopolo tem suas ações negociadas na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão) sob as siglas "POMO3" e "POMO4" e está listada no segmento de governança corporativa nível 2.

Fonte: Marcopolo – 2022

7.16. Nota Explicativa sobre Apresentação das Demonstrações Financeiras

A nota explicativa sobre a apresentação das demonstrações financeiras deve ser elaborada com clareza e objetividade, limitando-se a informar os principais critérios utilizados para a elaboração das demonstrações, de forma não redundante em relação a outras notas do conjunto contábil.

É importante que essa nota:

- Evite a repetição de informações que já estarão detalhadas em outras seções, como participações societárias (controladas, coligadas e joint ventures), critérios de consolidação, estrutura do grupo econômico, ou políticas contábeis específicas;
- Foque nos aspectos gerais da apresentação, tais como: base de preparação (ex: IFRS ou CPCs), moeda funcional e de apresentação, uso de estimativas contábeis relevantes, e a declaração de conformidade com os normativos contábeis aplicáveis;
- Seja concisa e alinhada com as boas práticas de comunicação contábil, conforme orientações do OCPC 07, priorizando a relevância da informação e evitando descrições excessivamente genéricas.

Ao adotar uma abordagem enxuta e direcionada, essa nota cumpre sua função informativa sem comprometer a fluidez e a usabilidade das demonstrações financeiras como um todo, contribuindo para uma apresentação mais clara, eficiente e alinhada às práticas de transparência corporativa.

1.1. Visão ASG (ESG em inglês)

Quanto a avaliação de riscos climáticos e de escassez hídrica que podem afetar diretamente a produtividade (índice IMA – incremento médio anual) de nossos ativos biológicos e potencialmente a capacidade de produção de celulose e papel de fibra virgem, a Companhia, através de seu Centro Tecnológico de Pesquisa Florestal, conduz estudos e monitoramento contínuo de suas florestas para compreender o comportamento do desenvolvimento e da adaptação de seus ativos biológicos frente às mudanças de temperatura e disponibilidade de água. Historicamente, os maciços florestais que atendem as unidades fabris de celulose e papel da Companhia situam-se em regiões de clima subtropical com baixa deficiência hídrica ao longo do ano e temperaturas moderadas. Segundo estudos internos e externos baseados em modelos matemáticos e experimentos de campo, estas regiões têm se mostrado mais resilientes frente aos impactos climáticos projetados para o futuro.

Em termos de riscos de obsolescência pelo ciclo de vida dos produtos fabricados e comercializados pela Companhia, não há indícios no mercado que indique um movimento contra ou de redução à utilização de materiais recicláveis, biodegradáveis, e de baixa emissão de carbono. Contudo, considerando que a Companhia é atuante em diversos países e segmentos da indústria de papel e celulose, as vendas podem ser afetadas por regulamentos que incentivem ou não o uso de matéria prima biodegradável e reciclável.

A Companhia também conta com equipes treinadas de brigadistas em suas frentes de corte, e equipamentos e tecnologias avançados como câmeras de longo alcance (mais de 20 Km), drones e satélites para monitorar detecção de fumaça e aquecimento anormal em determinadas regiões para mitigar o risco de incêndio de grandes proporções em seus maciços florestais nas áreas em que atua.

1.2. Efeitos da guerra Rússia x Ucrânia

A Companhia continua monitorando os possíveis impactos diretos e indiretos no mercado de papel e celulose relacionados à guerra Rússia vs Ucrânia com a inflação causada pelo aumento do preço de petróleo, alimentos, escassez de energia do mercado europeu e interrupção no fornecimento de fertilizantes. Os derivados do petróleo geram produtos químicos, e alguns desses são utilizados no nosso processo industrial. O combustível é utilizado para o transporte de madeira, matéria-prima e produto final, além de viabilizar a geração de energia em algumas unidades industriais, já os fertilizantes são utilizados no processo de silvicultura das florestas.

Nesse aspecto, a Companhia utiliza alto percentual de combustível de fontes renováveis em seu processo industrial, o que minimiza os impactos causados pela guerra. Uma das medidas realizadas pela Companhia é substituir o óleo combustível por uma fonte de energia 100% limpa e renovável: a gaseificação de biomassa.

Esta revisão considerou os eventos subsequentes ocorridos até a data de emissão destas demonstrações financeiras e não foram identificados efeitos significativos, que deveriam estar refletidos nestas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Muito embora a Companhia entenda que há dificuldade de mensuração, os impactos da guerra no longo prazo, e que as condições, previsões e análises mudam constantemente na medida em que novos eventos ocorrem na geopolítica mundial; os impactos passíveis de avaliação em 31 de dezembro de 2022, foram considerados e não resultaram em ajustes às demonstrações financeiras.

Fonte: Klabin – 2023

7.17. Nota Explicativa sobre Novos Pronunciamentos Contábeis

A nota explicativa sobre novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC, IASB ou outros órgãos reguladores deve ser redigida com foco na relevância e aplicabilidade

específica à entidade analisada. A inclusão indiscriminada de normas não aplicáveis, sem efeitos práticos identificáveis, compromete a clareza e a utilidade da informação.

Essa nota deve:

- Restringir-se aos pronunciamentos que efetivamente impactam ou impactarão as demonstrações financeiras da companhia;
- Indicar claramente os efeitos contábeis e financeiros esperados ou já observados, como alterações na mensuração, reconhecimento ou divulgação de ativos, passivos, receitas ou despesas;
- Informar, quando aplicável, a data de entrada em vigor e a abordagem adotada para transição (retrospectiva ou prospectiva);
- Evitar a simples reprodução do texto normativo ou de listas extensas de normas sem relevância para o negócio da entidade.

Essa prática está em linha com os princípios do OCPC 07, que recomenda a apresentação de notas explicativas focadas, úteis e livres de conteúdo genérico. Ao abordar apenas os pronunciamentos pertinentes e com efeitos identificáveis, a entidade demonstra maturidade informacional, transparência e compromisso com a qualidade da comunicação contábil.

4. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES

4.1. Em vigor desde 1º de janeiro de 2022: A Companhia e suas controladas adotaram a partir de 1º janeiro de 2022 as normas abaixo, entretanto, não houve impacto relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas: • Contratos Onerosos - Custos para cumprir um contrato (alterações no CPC 25/IAS 37); • Imobilizado - Receitas antes do uso pretendido (alterações no CPC 27/IAS 16); e 4.2. Novas normas e interpretações ainda não vigentes: Atualmente, o CPC trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes, os quais entrarão em vigência somente em 1º de janeiro de 2023, sendo: • Classificação de passivos como circulante ou não circulante e divulgação de políticas contábeis (alterações ao IAS 1); • Definição de estimativas contábeis (alterações no CPC 23/IAS 8); e • Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações no CPC 32/IAS 12). A Companhia e suas controladas estão avaliando os impactos da adoção desses novos pronunciamentos e não espera efeitos materiais em suas demonstrações contábeis, quando esses estiverem em vigor.

Fonte: Alupar (2023)

7.18. Divulgação sobre Mensuração dos Instrumentos Financeiros nas Notas Explicativas

A divulgação da política contábil adotada para a mensuração de instrumentos financeiros a valor justo deve ser feita de forma clara, objetiva e alinhada com os princípios das normas contábeis vigentes, especialmente o CPC 46 / IFRS 13 – Mensuração do Valor Justo.

É fundamental que a nota explicativa:

- Esclareça o conceito de valor justo, definido como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado, na data da mensuração;
- Descreva quais instrumentos financeiros estão sujeitos à mensuração a valor justo, tais como aplicações financeiras, derivativos, ativos biológicos, entre outros, quando aplicável;
- Apresente os critérios e métodos utilizados para a definição do valor justo, incluindo o uso de preços de mercado (nível 1), técnicas de avaliação baseadas em dados observáveis (nível 2) ou dados não observáveis (nível 3);
- Informe, quando necessário, as premissas significativas e julgamentos contábeis aplicados, bem como eventuais mudanças na metodologia adotada e seus efeitos;
- Destaque os riscos associados à mensuração, especialmente em mercados ilíquidos ou com alta volatilidade, quando relevantes.

A objetividade na apresentação dessa política permite ao usuário das demonstrações financeiras compreender os critérios utilizados na avaliação de ativos e passivos sensíveis ao valor de mercado, reforçando a confiabilidade e a transparência da informação contábil.

24.3 Mensuração e hierarquia dos valores justos

Utiliza-se a técnica de avaliação do fluxo de caixa descontado para mensurar os valores justos dos ativos e passivos financeiros, cuja premissa é o valor presente dos fluxos de caixa estimados por cotações futuras de mercado. Para ativos e passivos financeiros, em que os saldos contábeis são razoavelmente próximos do valor justo, não são apurados valores justos, como previsto no CPC 40/ IFRS 7.

Abaixo, os valores justos dos empréstimos, financiamentos e debêntures e financiamentos - operações serviços financeiros que a Companhia mensura somente para fins de divulgação.

24.3.1 Controladora

Passivos financeiros	31/12/2021		31/12/2020	
	Valor justo	Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil
Debêntures	(1.931.316)	(1.942.213)	(1.410.113)	(1.419.097)
Capital de giro - Lei 4.131 Bacen em Reais	-	-	(313.300)	(313.740)
Capital de giro - Cédula de Crédito Bancário	(659.008)	(659.968)	(659.539)	(650.807)
Total	(2.590.324)	(2.602.181)	(2.382.952)	(2.383.644)

24.3.2 Consolidado

Passivos financeiros	31/12/2021		31/12/2020	
	Valor justo	Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil
Debêntures	(1.931.316)	(1.942.213)	(1.410.113)	(1.419.097)
Capital de giro - Lei 4.131 Bacen em Reais	-	-	(313.300)	(313.740)
Capital de giro - Cédula de Crédito Bancário	(658.946)	(660.021)	(659.539)	(650.807)
Financiamentos - operações serviços financeiros	(808.325)	(802.623)	(745.768)	(761.965)
Total	(3.398.587)	(3.404.857)	(3.128.720)	(3.145.609)

Ativos e passivos financeiros da Companhia são classificados no "Nível 2" de hierarquia do valor justo versus saldos contábeis.

Nível 2 - Informações que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente, exceto preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a Companhia possa ter acesso na data de mensuração.

Fonte: Renner (2022)

7.19. Divulgação sobre Ativos Contingentes

Na análise das demonstrações financeiras, é fundamental que a avaliação das notas explicativas sobre ativos contingentes significativos seja conduzida com cautela e rigor técnico, considerando que esses ativos, por sua natureza, envolvem grau elevado de incerteza e difícil quantificação.

Os ativos contingentes representam direitos potenciais, decorrentes de eventos passados, cuja realização futura depende da ocorrência de eventos incertos não totalmente sob controle da entidade. Em geral, não são reconhecidos contabilmente, mas devem ser divulgados nas notas explicativas, sempre que houver possibilidade razoável de realização econômica.

A avaliação das demonstrações deve considerar:

- A clareza e completude da descrição dos ativos contingentes, incluindo sua origem, natureza jurídica ou contratual e o estágio atual do processo (quando aplicável);
- A justificativa para não reconhecimento contábil, com base nos critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes;
- A eventual expectativa de desfecho e os fatores que podem impactar sua concretização;
- A coerência das informações com os demais documentos da entidade, como o Relatório da Administração, parecer dos auditores e notas sobre riscos ou litígios relevantes.

Por serem temas de alta sensibilidade e impacto potencial, as notas sobre ativos contingentes significativos devem ser cuidadosamente revisadas quanto à transparência, consistência e alinhamento com a materialidade da situação apresentada. A divulgação clara dessas situações contribui para a qualidade informacional e fortalece a confiança dos usuários das demonstrações contábeis.

7.20. Passivos Contingentes nas Notas Explicativas

As notas explicativas referentes a passivos judiciais reconhecidos devem ser elaboradas de forma clara, objetiva e tecnicamente fundamentada, assegurando a adequada compreensão por parte dos usuários das demonstrações financeiras. Essas informações devem estar alinhadas e coerentes com o Relatório da Administração (RA) e, quando aplicável, com os parágrafos de ênfase ou principais assuntos de auditoria constantes no relatório dos auditores independentes.

Já as notas sobre passivos contingentes, que tratam de possíveis obrigações decorrentes de processos judiciais ou administrativos com desfecho incerto, exigem ainda mais atenção. Por sua natureza, essas notas costumam ser extensas, complexas e com linguagem jurídica densa, muitas vezes de difícil interpretação para os leitores não especialistas.

Boas práticas de divulgação recomendam que essas notas:

- Sejam redigidas em linguagem acessível, traduzindo o conteúdo jurídico para termos contábeis e financeiros compreensíveis;
- Diferenciem claramente os passivos efetivamente reconhecidos (com probabilidade provável e valor mensurável) daqueles meramente divulgados (probabilidade possível ou valor incerto);
- Apresentem os principais riscos e incertezas associados a cada contingência, informando, quando possível, estimativas de valores, prazos e fundamentos da defesa;
- Evitem repetições desnecessárias de trechos de pareceres jurídicos, focando naquilo que é relevante para a avaliação da posição patrimonial e financeira da entidade;
- Estejam em conformidade com os critérios do CPC 25, com justificativas claras nos casos em que a administração opta por não reconhecer o passivo.

Além disso, deve-se observar que muitas dessas situações estão na fronteira entre o reconhecimento e a não contabilização de um passivo judicial. Nesses casos, a clareza e a transparência da nota explicativa são essenciais para demonstrar o julgamento profissional aplicado e permitir que os usuários das demonstrações financeiras façam sua própria avaliação dos riscos envolvidos.

7.21. Notas Explicativa sobre Impostos sobre o Lucro

A nota explicativa sobre imposto de renda e contribuição social, tanto na vertente corrente quanto diferida, deve ser elaborada de forma objetiva e focada nos efeitos contábeis relevantes para a entidade, evitando a repetição desnecessária de trechos da legislação fiscal vigente ou explicações genéricas sobre o regime tributário nacional.

O objetivo da nota não é reproduzir o conteúdo normativo, mas sim explicar com clareza os critérios utilizados pela empresa para o reconhecimento, mensuração e movimentação dos saldos tributários, especialmente no que se refere a:

- Diferenças temporárias entre o lucro contábil e o lucro tributável que deram origem a ativos e passivos fiscais diferidos;
- Reconhecimento, reversão ou baixa de ativos fiscais diferidos, com base na expectativa de geração de lucro tributável futuro;
- Composição e movimentação dos saldos de imposto de renda corrente e diferido, com apresentação em tabelas objetivas e comparativas entre os exercícios;
- Reconciliação entre a alíquota nominal e a efetiva, com explicações claras e sucintas sobre os principais fatores de reconciliação.

A nota também deve manter coerência com outras divulgações relacionadas, como prejuízos fiscais acumulados, créditos tributários, provisões para contingências fiscais e julgamentos contábeis relevantes aplicados pela administração.

Ao evitar repetições normativas e focar na realidade da entidade, a nota contribui para uma comunicação mais eficiente, transparente e útil ao usuário das demonstrações financeiras, em conformidade com as melhores práticas previstas no OCPC 07.

7.22. Notas Explicativas sobre Dividendos e Notas Explicativas sobre Destinação dos Lucros

As notas explicativas sobre dividendos e a destinação dos lucros são componentes essenciais da prestação de contas das companhias abertas, e devem ser elaboradas com clareza, precisão e aderência às exigências da Lei das S.A. e dos normativos contábeis.

Essas notas devem:

- Apresentar a composição da proposta de destinação do lucro líquido, incluindo:
- Constituição da reserva legal;
- Constituição de reservas estatutárias ou para expansão;

- Montante destinado à distribuição de dividendos obrigatórios, adicionais e juros sobre capital próprio (JCP), quando aplicável;
- Informar valores por ação, datas relevantes (como a data-base para pagamento) e eventuais restrições legais ou estatutárias;
- Detalhar a política de dividendos vigente, caso haja previsão estatutária ou prática consolidada de distribuição;
- Explicar eventuais retenções de lucros, justificando tecnicamente a decisão da administração, com base em planos de investimento, cobertura de prejuízos acumulados ou reforço de capital.

Além disso, a nota deve estar alinhada com o que foi deliberado em assembleia geral e com os registros no patrimônio líquido, bem como evitar duplicidade de informações com o Relatório da Administração, mantendo a coerência entre as peças.

Essas informações contribuem para a transparência da política de remuneração aos acionistas e para o adequado entendimento da estratégia de capital da companhia, sendo especialmente relevantes para investidores e analistas.

7.23. Notas Explicativas sobre Impairment

As notas explicativas sobre impairment (redução ao valor recuperável de ativos) devem ser elaboradas com clareza, objetividade e nível de detalhamento compatível com a relevância dos ativos impactados, conforme previsto no CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

A divulgação adequada é fundamental para que os usuários das demonstrações financeiras compreendam os julgamentos, premissas e impactos econômicos envolvidos no teste de recuperabilidade, especialmente quando envolvem ativos significativos como imobilizado, intangível, ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill), investimentos ou ativos de longa duração.

A nota deve conter, sempre que aplicável:

- A identificação dos ativos ou unidades geradoras de caixa (UGCs) testadas para impairment;
- A descrição das circunstâncias que levaram à realização do teste (ex.: mudanças econômicas, perdas operacionais recorrentes, revisão de projeções);
- O valor contábil antes e após o ajuste, bem como o valor recuperável determinado (valor em uso ou valor justo líquido de despesas de venda);
- As principais premissas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa descontado, como taxa de desconto, taxa de crescimento, horizonte de projeção e sensibilidade dos resultados;
- Os efeitos reconhecidos no resultado do exercício, quando houver perda por impairment, e os critérios para eventual reversão.

Evitar linguagem excessivamente técnica ou genérica e manter alinhamento com as demais notas, como as de ativos imobilizados, intangíveis e investimentos, são boas práticas que fortalecem a transparência e a qualidade da divulgação.

Notas bem estruturadas sobre impairment evidenciam a maturidade na gestão e no monitoramento de ativos relevantes, sendo um fator positivo na avaliação da transparência contábil no contexto do Troféu Transparência ANEFAC.

7.24. Notas Explicativas sobre Derivativos Financeiros

As notas explicativas sobre instrumentos financeiros derivativos têm se tornado, em muitos casos, extensas, excessivamente técnicas e inconclusivas, dificultando a compreensão por parte dos usuários das demonstrações financeiras. Em vez de contribuir para a transparência, esse excesso de detalhamento pode obscurecer o entendimento sobre a real função e os riscos associados a esses instrumentos.

No contexto da avaliação contábil e da transparência informacional, é fundamental que a nota:

- Permita concluir com clareza se os derivativos contratados atingiram seu objetivo principal, isto é, a proteção de ativos, passivos ou fluxos de caixa contra riscos de mercado (como variações cambiais, de juros ou de preços de commodities);
- Descreva a natureza e o propósito dos derivativos, separando claramente operações de hedge (contábil ou econômico) de operações com fins especulativos, se houver;
- Apresente os valores nocionais, prazos, contrapartes e instrumentos utilizados, de forma sintética e sem repetições;
- Indique, quando aplicável, se a empresa adota hedge accounting, com a descrição dos critérios de eficácia e os impactos no patrimônio líquido ou no resultado;
- Evite descrições intermináveis ou tecnicamente herméticas, que não agregam valor e dificultam a análise por parte do leitor.

A análise crítica da nota deve considerar se, mesmo com a complexidade inerente ao tema, as informações são compreensíveis, úteis e suficientes para avaliar os riscos financeiros assumidos e os benefícios esperados da estratégia de proteção.

Notas excessivamente longas, repletas de termos técnicos não contextualizados ou desconectadas da estratégia de gestão de riscos da companhia comprometem a transparência e devem ser observadas com atenção no processo de avaliação.

7.25. Parágrafos de Ênfase, Comentários Adicionais e Principais Pontos de Auditoria (PPAs)

A presença de parágrafos de ênfase e comentários adicionais no relatório dos auditores independentes, bem como a divulgação dos Principais Pontos de Auditoria (PPAs), exige atenção especial na avaliação das demonstrações financeiras. Esses elementos devem estar totalmente alinhados e coerentes com as informações divulgadas no Relatório da Administração (RA), nas próprias demonstrações contábeis e nas notas explicativas.

A falta de consistência entre esses documentos pode gerar dúvidas, comprometer a clareza da comunicação e afetar a percepção de transparência da empresa perante seus stakeholders.

Especificamente, é esperado que:

- Parágrafos de ênfase (relativos a incertezas relevantes, questões de continuidade operacional, reestruturações societárias, litígios, entre outros) estejam refletidos de forma adequada nas notas explicativas correspondentes e, quando relevante, também mencionados no RA;
- Comentários adicionais emitidos pelos auditores, que não comprometem sua opinião, mas chamam atenção para aspectos relevantes, sejam reconhecidos e explicados pela administração nos relatórios e nas notas;
- Os PPAs, cuja divulgação é exigida pelas normas internacionais e brasileiras de auditoria, estejam conectados com os julgamentos contábeis relevantes e áreas de maior risco identificadas nas demonstrações, com notas explicativas robustas e transparentes que permitam ao usuário entender a natureza e o tratamento contábil do ponto auditado.

O avaliador deve verificar se há coerência e integração entre esses elementos, reforçando a confiabilidade do conjunto das informações prestadas. Essa harmonia entre os relatórios de auditoria e as demonstrações contábeis evidencia maturidade na governança e no processo de reporte financeiro, sendo um aspecto valorizado no âmbito do Troféu Transparência ANEFAC.

Operações Rádio Patrulha, Integração, Águas Claras e Ductos

Todos os trabalhos remanescentes da Força Tarefa interna da Companhia relacionados com as investigações dessas operações foram finalizados no transcorrer do primeiro semestre de 2022.

O CAE acompanhou este assunto ao longo do exercício, tendo mantido diversas reuniões com a Força Tarefa e com os Auditores Independentes, o que permitiu que o parágrafo de ênfase relativo ao assunto pudesse ser removido pelos Auditores Independentes.

Fonte: **Sanepar - 2023**

7.26. Relato Integrado

O Relato Integrado, seja apresentado como documento autônomo ou incorporado ao Relatório da Administração (RA), representa uma importante evolução na prestação de contas das organizações, ao oferecer uma visão abrangente e conectada entre o desempenho financeiro, a estratégia, a governança, o ambiente externo e os capitais (financeiro, manufaturado, intelectual, humano, social e natural) utilizados e impactados pela entidade.

Para ser considerado adequado no âmbito da avaliação técnica do Troféu Transparência ANEFAC, o Relato Integrado deve:

- Atender integralmente aos requisitos da NBC TG 09 (R1) – Relato Integrado, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade, que estabelece as diretrizes para a elaboração e estruturação do documento, alinhadas ao framework do International Integrated Reporting Council (IIRC);
- Demonstrar conectividade entre informações financeiras e não financeiras, explicando como a organização cria, preserva ou erode valor no curto, médio e longo prazo;
- Apresentar coerência com as demonstrações contábeis e com as notas explicativas, especialmente em temas como sustentabilidade, capital humano, riscos, estratégia e governança;
- Ser submetido à asseguração limitada por auditor independente registrado na CVM, conforme boas práticas de credibilidade e confiabilidade das informações reportadas.

A apresentação do Relato Integrado, desde que tecnicamente bem elaborado, representa um diferencial relevante de transparência e maturidade na comunicação com stakeholders, contribuindo significativamente para a avaliação positiva da entidade no contexto da premiação.

15. SUSTENTABILIDADE – (ESG - ENVIRONMENTAL, SOCIAL AND GOVERNANCE)

O compromisso com os tópicos ESG está na essência dos negócios da Irani a partir de um modelo de negócios integrado, com uso de recursos naturais renováveis, de economia circular (reciclagem) e de baixo carbono, utilizando energia renovável para a maior parte de seu consumo energético. Com isso, praticamos uma gestão integrada que incorpora à estratégia a promoção de práticas robustas de governança e um círculo virtuoso de preservação ambiental, desenvolvimento social e inovação e retomo econômico diferenciado.

Signatária do Pacto Global e do Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção há mais de 15 anos, a Companhia aderiu, em 2021, ao Instituto Capitalismo Consciente com o intuito de contribuir com o movimento para transformar o jeito de se fazer investimentos e negócios no Brasil.

Contamos ainda com um longo histórico de compromisso com a transparência. Por isso, buscamos nos atualizar quanto às melhores práticas de gestão e relato sobre sua estratégia, desempenho e iniciativas de sustentabilidade. Anualmente, entre 2006 e 2021, divulgamos Relatórios de Sustentabilidade e, em 2021, lançamos o primeiro Relato Integrado. Este documento público foi assegurado pela KPMG Auditores Independentes e adota as orientações para o relato integrado do International Integrated Reporting Council (IIRC), GRI Standard da Global Reporting Initiative (GRI), Sustainability Accounting Standards Board (SASB), relacionando as práticas relatadas aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU. Todas as publicações estão disponíveis para consulta em <http://www.irani.com.br/praticas-sustentaveis/relatorio-de-sustentabilidade/>.

Para assegurar a evolução de tópicos ESG, o Comitê de Sustentabilidade vem atuando desde 2018 sob a liderança do Diretor-Presidente e com a participação de toda a diretoria. Além de fornecer as diretrizes necessárias para que a implementação da estratégia de sustentabilidade esteja alinhada ao planejamento estratégico da Companhia, este Comitê instituiu grupos de trabalho para aprimorar e avançar na implementação de práticas aderentes aos ODS da ONU e no mapeamento de oportunidades que inspiraram um conjunto de compromissos a serem persistidos até 2030 nos âmbitos da:

- **Segurança Ocupacional**
Zero acidentes de trabalho com afastamento
- **Diversidade**
Ter 40% de mulheres no quadro da empresa e 50% de mulheres em cargos de liderança
- **Água**
Reduzir 30% do consumo de água por tonelada produzida
- **Energia**
Ser autossuficiente em geração de energia renovável
- **Resíduos**
Zerar o envio de resíduos para aterro
- **Mudanças Climáticas**

Aumentar em 20% o saldo positivo entre emissões e remoções dos Gases de Efeito Estufa (GEE)

Além de fazer parte do Movimento Nacional ODS SC, a Companhia passará a contar com um Núcleo de Sustentabilidade no exercício de 2022, uma estrutura horizontal e multidisciplinar com o desafio de cultivar e promover a sustentabilidade (ESG), engajando os colaboradores e as partes interessadas.

A estratégia de sustentabilidade da Companhia é suportada pela sua Política de Sustentabilidade, e por um sistema de gestão certificado pelas normas ISO 9001 e ISO 14001, esta última especificamente assegurando o negócio Embalagem. Combinando adequadas práticas de manejo e processos operacionais cada vez mais eficientes, a Irani vem se consolidando como uma empresa carbono neutro por natureza ano após ano. Isto significa que a Companhia sequestra da atmosfera mais carbono do que emite, caracterizando-a como empresa de baixo carbono. Além disso, divulga anualmente o Inventário de Gases de Efeito Estufa, elaborado de acordo com a metodologia GHG Protocol e o primeiro do Brasil a ser certificado pela ISO 14064.

A Companhia dispõe, ainda, de dois projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo aprovados pelas Organizações das Nações Unidas (ONU) e diversas práticas de incentivo à economia circular por meio de parcerias. Fazendo uso de alternativas e tecnologias capazes de reintroduzir os resíduos dos processos produtivos em novas cadeias de valor, fomenta o empreendedorismo, a geração de emprego e renda nas comunidades no entorno, além de evitar o envio destes resíduos para aterro, conferindo relevante contribuição ambiental. As práticas estão disponíveis para consulta em: <http://www.irani.com.br/praticas-sustentaveis/gestao-ambiental/>.

Fonte: Irani (2022)

7.27. Poder Aquisitivo Constante

Em cenários de inflação relevante, é essencial que as empresas apresentem, no Relatório da Administração (RA), comentários claros e objetivos sobre os efeitos da inflação nos resultados do exercício, nas principais rubricas das demonstrações financeiras e na posição patrimonial da entidade. A omissão desses impactos pode comprometer a compreensão da performance econômico-financeira e reduzir a qualidade informacional da prestação de contas.

Para fins de avaliação no Troféu Transparência ANEFAC, são considerados importante fator de diferenciação:

- Comentários analíticos no RA que destaquem o impacto da inflação sobre receitas, custos, despesas, margens, ativos e passivos monetários, entre outros aspectos relevantes;
- A apresentação de demonstrações financeiras complementares ajustadas pela inflação, especialmente Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado, quando publicadas conjuntamente com as demonstrações financeiras anuais;
- A evidência de como a inflação afetou o desempenho operacional, a política de preços, a rentabilidade e os fluxos de caixa da entidade.

Ainda que a legislação vigente não exija a apresentação formal de demonstrações ajustadas pela inflação, o fornecimento voluntário de informações complementares de qualidade – seja por meio de comentários no RA ou pela publicação de peças comparativas ajustadas – é altamente valorizado no processo de avaliação técnica, por refletir maior grau de transparência, utilidade da informação e responsabilidade informacional por parte da administração.

8. Divulgações na Mídia

A participação da FECAP no Prêmio ANEFAC tem sido amplamente divulgada por meio dos canais institucionais de comunicação, reforçando o reconhecimento da excelência acadêmica e do engajamento técnico dos docentes e discentes envolvidos.

Internamente, a divulgação ocorreu por meio de boletins acadêmicos, comunicados em murais digitais, newsletters e nas redes sociais institucionais, com destaque para a atuação dos professores e alunos e os resultados alcançados. Essas ações contribuíram para o fortalecimento da identidade institucional e para o engajamento da comunidade acadêmica em projetos de relevância técnica e profissional.

Externamente, a presença da FECAP foi noticiada em veículos de imprensa e em canais de comunicação da própria ANEFAC, como seu site oficial e redes sociais. Além disso, professores representantes participaram de eventos e cerimônias de premiação, reforçando a visibilidade da instituição perante o mercado e a sociedade.

Essas estratégias de divulgação contribuíram para valorizar a produção técnico-científica da instituição e ampliar o alcance das ações desenvolvidas no contexto do prêmio, projetando a FECAP como referência em ensino e pesquisa aplicada na área contábil e financeira.

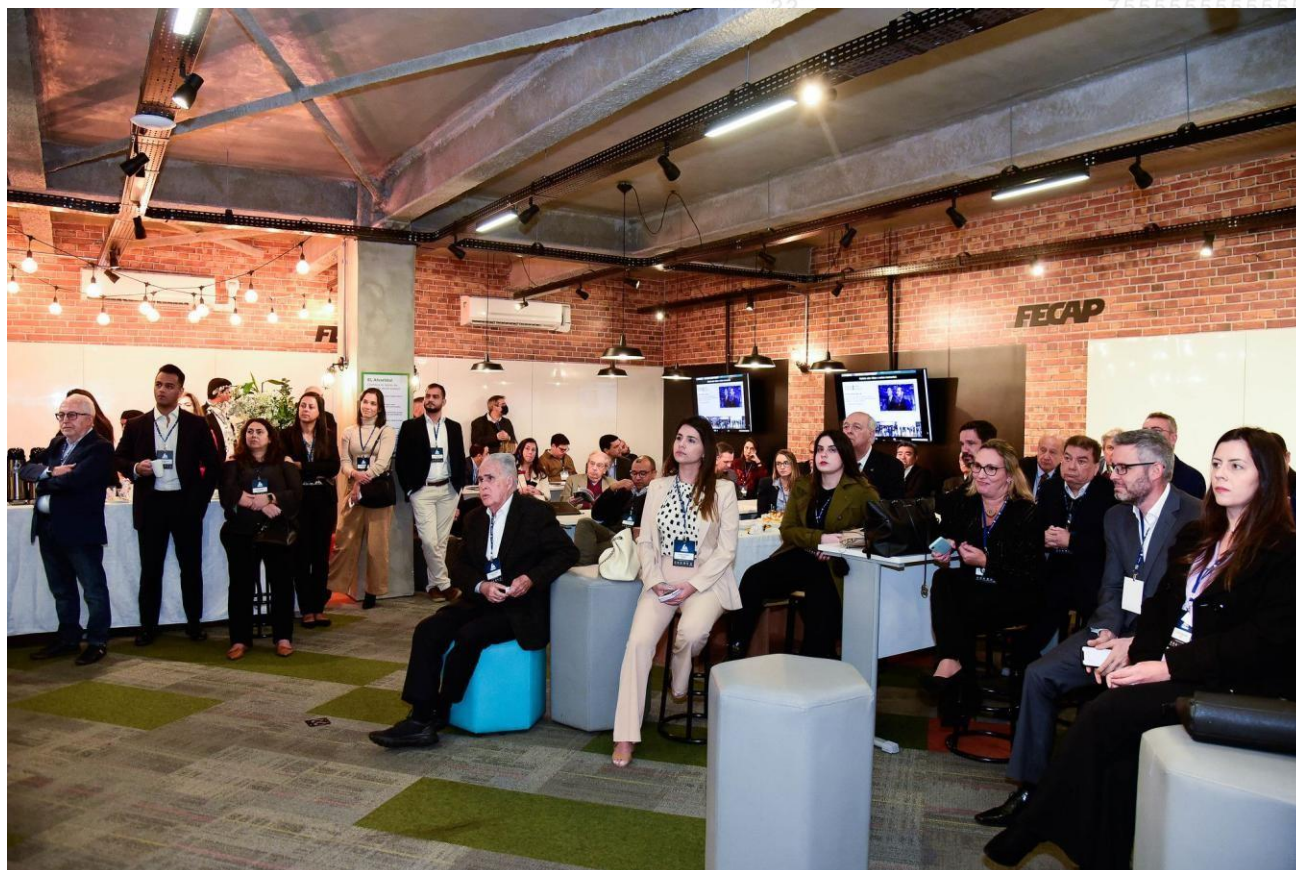
8.1. Divulgações Internas

29/07/2022 – FECAP realiza análise técnica das empresas para o Prêmio ANEFAC – Troféu
Transparência 2022



FECAP realiza análise técnica das empresas para o Prêmio ANEFAC – Troféu
Transparência 2022 | FECAP

24/08/2022 - Anúncio das empresas ganhadoras do Troféu Transparência 2022 é realizado na FECAP



<https://www.fecap.br/2022/08/24/anuncio-das-empresas-ganhadoras-do-trofeu-transparencia-2022-e-realizado-na-fecap/>

28/10/2022 - FECAP é homenageada por participação na comissão acadêmica do Troféu
Transparência ANEFAC 2022



<https://www.fecap.br/2022/10/28/fecap-e-homenageada-por-participacao-na-comissao-academica-do-trofeu-transparencia-anefac-2022/>

14/11/2023 - Oscar da Contabilidade: FECAP participa da escolha das melhores empresas no Troféu Transparência (Prêmio ANEFAC)



<https://www.fecap.br/2023/11/14/oscar-da-contabilidade-fecap-participa-da-escolha-das-melhores-empresas-no-trofeu-transparencia-premio-anefac/>

18/06/2024 - FECAP participa da escolha das empresas vencedoras do Troféu Transparência 2024 da ANEFAC



<https://www.fecap.br/2024/08/16/fecap-participa-da-escolha-das-empresas-vencedoras-do-trofeu-transparencia-2024-da-anefac/>

29/10/2024 - Com participação da FECAP no júri, ANEFAC premia empresas mais transparentes do Brasil



<https://www.fecap.br/2024/10/29/com-participacao-da-fecap-no-juri-anefac-premia-empresas-mais-transparentes-do-brasil/>

8.2. Divulgações Externas

12/10/2022 - Avaliação Técnica - Momento ANEFAC Especial Troféu Transparência 2022



<https://www.youtube.com/watch?v=i1jeRNqJNYk>

10.11.2022 - FECAP - Momento ANEFAC Especial Troféu Transparência 2022



[FECAP - Momento ANEFAC Especial Troféu Transparência 2022](#)

Podcast Giro da Transparência 2024 - Episódio FECAP com Emerson W. Dias e Edison Simoni



<https://www.youtube.com/watch?v=fLozahEzMBM>

9. Colaboradores da Fecap

A participação no Prêmio ANEFAC tem se consolidado como uma relevante iniciativa de integração entre academia e mercado, fortalecendo o desenvolvimento técnico e tecnológico no campo da contabilidade e finanças. Em 2022, a experiência contou com a participação ativa de alunos de graduação e pós-graduação, que, sob orientação docente, atuaram na análise das demonstrações financeiras de empresas e na elaboração de relatórios avaliativos, contribuindo significativamente para a formação acadêmica aplicada à prática profissional.

Nos anos de 2023 e 2024, a atuação foi conduzida exclusivamente por professores da instituição, que mantiveram a representação junto à comissão técnica do prêmio. A participação docente se deu por meio de análise crítica das informações contábeis, contribuição com pareceres técnicos e suporte à curadoria dos critérios de avaliação das empresas indicadas.

9.1. Colaboradores em 2022

Nome Completo	Vínculo
Ahmed Sameer El Khatib	Professor
Alexandre Sanches Garcia	Professor
Allan Silva de Carvalho	Aluno
Anderson da Silva Pinto	Ex-aluno
Bruno Dias De Melo	Ex-aluno
Edna Yayoi Hirakawa Goto	Ex-aluno
Eudes Martins de Araújo	Ex-aluno
Francisco Ferreira Diniz	Ex-aluno
Leandro Bryk	Ex-aluno
Lincoln de Jesus Peres	Ex-aluno
Rafael Pascoto Fugimoto	Aluno
Régis César Cunha	Professor
Ricardo de Oliveira Prado	Aluno
Tiago Nascimento Borges Slavov	Professor
Verônica de Fátima Santana	Professor

9.2. Colaboradores em 2023

Nome Completo
Ademar Lucas
Ahmed Sameer El Khatib
Alexandre Sanches Garcia
Allan Silva De Carvalho
Amauri Liba
Edmauro Carlos De Oliveira
Elúbian De Moraes Sanchez
Emerson Nogueira Sales
José Orcélio Do Nascimento
Juliana Cristina Milan
Luciana Gavazzi Barragan Rodrigues
Lucineide Bispo dos Reis Luz
Marcelo Cambria
Mauricio Lopes Da Cunha
Natasha Boralí
Pedro Henrique De Barros
Régis César Cunha
Ronaldo Fróes De Carvalho
Sérgio Alexandre De Souza
Tiago Nascimento Borges Slavov
Verônica De Fátima Santana

Total Investido: R\$ 11.722,50 (Onze mil, setecentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos).

9.3. Colaboradores em 2024

Nome Completo
Ahmed Sameer El Khatib
Alexandre Sanches Garcia
Allan Silva De Carvalho
Amauri Liba
Davi Navarro Ciasca
Denis Leandro Costa De Carvalho
Edmauro Carlos De Oliveira
Elúbian De Moraes Sanchez
Emerson Nogueira Sales
José Orcélio Do Nascimento

Nome Completo
Juliana Cristina Milan
Luciana Gavazzi Barragan Rodrigues
Lucineide Bispo dos Reis Luz
Mauricio Lopes Da Cunha
Pedro Henrique De Barros
Régis César Cunha
Ronaldo Fróes De Carvalho
Sérgio Alexandre De Souza
Tiago Nascimento Borges Slavov
Verônica De Fátima Santana

Total Investido: R\$ 16.112,00 (dezesesseis mil, cento e doze reais)

